



ESPECIAL



GUIA DOS FUNDOS EUROPEUS EM 2021

DÉCADA DE OPORTUNIDADE PARA PÚBLICO E PRIVADOS

Portugal terá disponíveis recursos financeiros sem paralelo, nos próximos oito anos, provenientes da resposta europeia à crise pandémica, mas também do novo quadro de fundos estruturais. Esta disponibilidade de meios cria desafios à capacidade que o país terá para os aproveitar, mas também à forma como tudo será feito e com que controlo.

ANÁLISE

**Do PRR ao QFP:
o dinheiro
para pôr
em marcha
a recuperação** ●II

ENTREVISTA

Nelson de Souza, Ministro do Planeamento

**“Quem beneficia
do financiamento
tem responsabilidade
de executar”** ●IV



PRIORIDADES DO PT2030

**Oito eixos,
quatro agendas,
num programa
de 33,6
mil milhões** ●VI

FÓRUM

**Quais os desafios
para o Estado
e privados
na execução
dos fundos
europeus?** ●X

EDITORIAL

O duplo desafio das empresas



RICARDO SANTOS FERREIRA
Editor

Portugal vai ter acesso, nos próximos oito anos, a recursos financeiros como nunca teve, resultado da conjugação dos mecanismos europeus de resposta à crise pandémica com os fundos estruturais do anterior e do próximo quadro financeiro plurianual da União Europeia. Este fluxo de apoios financeiros assume uma enorme relevância, especialmente numa economia como a portuguesa, sobreenvidada e que foi apanhada pela pandemia quando estava ainda a fazer o caminho da recuperação depois da mais profunda crise vivida, entre 2009 e 2013, até mergulhar, de novo, na maior crise de que temos memória.

O debate público sobre este tema tem sido feito em torno do destino a dar ao dinheiro – uma discussão muito balizada pelas prioridades previamente estabelecidas por Bruxelas – e de qual deve ser o timoneiro do investimento, se público ou privado. Deveria, antes, incidir na capacidade que temos para concretizar projetos, em tempo útil.

Neste quadro, não podemos falar apenas de fundos europeus, mas também do investimento público que será concretizado neste período – temos de ter em conta, mesmo que se repitam os volumes profundamente anémicos da ordem dos 2% do PIB dos últimos anos – e do investimento privado.

Assim, a principal questão que se coloca não é da natureza do investimento, mas saber se a economia – e a sociedade – consegue aproveitar todos estes recursos disponíveis.

No final, o verdadeiro desafio é colocado às empresas e é duplo, de saber se têm capacidade para executarem os projetos próprios, da sua responsabilidade, e se estão preparadas para participarem nos projetos de terceiros, públicos, onde encontrarão uma natural concorrência externa. ●

SDFSDFSDSDFSDFSDSDFSDFSD

Do PRR ao QFP: o dinheiro para pôr em marcha a recuperação

Volume e calendário de execução dos fundos comunitários levantam desafios para assegurar reformas estruturais que impulsionem a retoma.

ÂNIA ATAÍDE

aataide@jornaleconomico.pt

Portugal prepara-se para receber 45 mil milhões de euros em fundos europeus entre 2021 e 2029, considerando apenas as subvenções. Este montante poderá ser ainda mais elevado se o Governo concretizar a opção de empréstimos em condições mais favoráveis, cuja utilização prevista não ultrapassa os 2,7 mil milhões de euros. Os desafios colocados pelo volume dos fundos e do ritmo de execução a que obrigam é assumido por todos, que se dividem sobre a avaliação da repartição das verbas, mas alinham na importância do objetivo: pôr em marcha a recuperação da economia portuguesa.

O ano passado, os Estados-membros, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu acordaram o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2021-2027 e o instrumento de recuperação europeu, o Next Generation EU. A crise sem precedentes levou a uma resposta europeia também ela sem precedentes, ao acordar a emissão de dívida em nome da Comissão Europeia para financiar os 750 mil milhões de euros do Next Generation EU.

A combinação dos fundos europeus do QFP 2021-2027 e do Next Generation EU irá permitir a Portugal aceder a cerca de 45 mil milhões de euros entre 2021 a 2029 em subvenções. Olhando apenas para o Mecanismo Europeu de Recuperação e Resiliência (ver caixa), que financiará o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Portugal irá receber cerca de 14 mil milhões de euros em subvenções, a preços correntes, entre 2021 a 2026. A estes fundos acresce a disponibilização de empréstimos, “cuja eventual utilização Portugal avaliará de forma criteriosa, em conjunto com as autoridades europeias”.

O presidente da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C), Nuno Oliveira Santos, salienta, em declarações ao Jornal Económico (JE), que “Portugal

tem aqui uma hipótese para acelerar o seu processo de recuperação económica e social, acedendo a um considerável volume de recursos financeiros”. Para o responsável pela agência que gere as verbas do Mecanismo de Recuperação, que apelida como “o corolário de uma resposta robusta e ambiciosa que a União Europeia dá à crise social e económica” provocada pela pandemia, serão uma oportunidade para promover a resiliência do tecido social e económico, bem como a recuperação da economia em torno de reformas e investimentos que seguem as prioridades definidas pela Comissão Europeia para acelerar e potenciar os efeitos da transição climática e digital.

O PRR português prevê 36 reformas e 77 investimentos nas áreas da resiliência, transição climática e transição digital, que se traduzem em 13.944 milhões de euros. O esboço do plano que permitirá a Portugal aceder às verbas

do Mecanismo de Recuperação está ainda em negociações com a Comissão Europeia (ver página IV-V) e poderá ainda sofrer alterações, já que tem que responder a critérios específicos sobre o impacto das reformas estruturais e do investimento, podendo também ser integrados os contributos da consulta pública que decorreu até dia 1 de março.

Dividido em três áreas principais – resiliência, transição climática e transição digital –, 61% do montante global do PRR centra-se na dimensão da resiliência, que prevê um total de 43 investimentos em conjunto e de 20 reformas. Estão assim previstos para esta dimensão a aplicação de 8,5 mil milhões de euros em subvenções e de 2,4 mil milhões de euros em empréstimos. As subvenções destinadas à habitação nesta dimensão representam a maior fatia do bolo, ao ascenderem a 1,6 mil milhões de euros, seguidas pelo investimento em inovação (1,4 mil milhões de euros), qualificações e competências (1,35 mil milhões de euros), mas também à componente da saúde, com 1,38 mil milhões de euros para o Serviço Nacional de Saúde, e de 538 milhões de euros para as respostas sociais.

A dimensão da transição climática concentra 21% do montante, com a adoção de 8 ações de reforma e implementados 14 investimentos, através de 2,8 mil milhões de euros em subvenções e da possibilidade de 300 milhões de euros em empréstimos. Entre os exemplos desta dimensão está a alocação de 1.032 milhões de euros para mobilidade sustentável, de 715 milhões de euros para a descarbonização da indústria, de 620 milhões de euros para a eficiência energética dos edifícios e de 371 milhões de euros para o hidrogénio e renováveis.

Já a dimensão digital que prevê 8 reformas e 17 investimentos, concentra 18% do montante alocado a Portugal, ou seja, 2,5 mil milhões de euros em subvenções, não prevendo o recurso a empréstimos. Prevê assim alocar 599 milhões de



euros na educação digital, 650 milhões de euros para as empresas, 406 milhões de euros para a qualidade e sustentabilidade das finanças públicas, 267 milhões de euros em justiça económica e ambiente de negócios e 812 milhões de euros para a administração pública para a digitalização, interoperabilidade e cibersegurança.

“É caso para dizer que não podemos falhar ao projeto europeu, numa altura em que ele demonstrou estar à altura da ambição dos pais fundadores para construir uma Europa mais próspera, mais solidária e mais justa”, defende Nuno Oliveira Santos.

A eurodeputada Margarida Marques, correlatora para o QFP2021-2027, alerta ao JE que a prioridade atual é assegurar que todos os Parlamentos Nacionais deem à Comissão Europeia poder para emitir dívida e constituir o Fundo de Recuperação, o que até agora apenas metade o fizeram, embora se espere que até meados do próximo mês termine esta fase.

“O atraso na vacinação e o aparecimento de novas variantes têm introduzido novas perturbações. Uma vez constituído o Fundo, temos de fazer essa avaliação: saber se é suficiente ou não. Mas o



prioritário agora é mesmo criar o mecanismo e não desperdiçar, a seguir, o facto de o mecanismo estar criado, explorando todas as suas potencialidades”, admite, defendendo que o Mecanismo de Recuperação e Resiliência “é uma oportunidade única para promover uma verdadeira mudança, permitindo que a União Europeia e todos os Estados-membros saiam desta crise com economias mais sustentáveis e inclusivas”. No entanto, assume que “para que tudo isto seja possível, o quadro orçamental, como defendo num relatório que acabei de apresentar no PE sobre a Reforma da Governação Económica na UE, também terá de contar com novas regras que permitam a curto prazo a flexibilidade necessária para promover o investimento e o crescimento”.

A distribuição das verbas do PRR tem levado os empresários a reivindicar mais financiamento para as empresas, ao que o Governo responde que os fundos comunitários irão representar nos próximos nove anos 14 mil milhões de euros em apoios diretos às empresas. Se o PRR é voltado para reformas e investimentos estruturais que têm que responder a critérios

específicos, o próximo QFP continuará a estar mais próximo das empresas.

O presidente da CIP, António Saraiva, salientou também numa conferência esta semana o impacto do programa Horizonte Europa, com uma dotação de 95 mil milhões de euros para investigação e inovação, bem como o InvestEU, que disse ter “grande importância pela alavancagem que proporcionará ao investimento e pelas novas oportunidades que abre em complemento com o PRR e com os acordos de parceria para o apoio à capitalização das empresas” europeias.

“Para uma economia como a portuguesa, que só agora estava a retomar níveis de investimento, em % do PIB, próximos dos níveis pré-crise financeira de 2008/2011 importa assumir a existência de desafios para duplicar os níveis de investimento”, sublinha Nuno Oliveira Santos, que assinala que, contudo, a definição clara do que pode ser financiado, como pode ser financiado e a concentração do poder de fogo nas áreas consideradas críticas para o desenvolvimento do país ao longo da década, “vai ser crítica para garantir uma execução condizente com o

volume de financiamento a que vamos ter acesso”.

É neste sentido que o ministro do Planeamento, Nelson de Souza, assume ao JE que “os fundos são muito exigentes quer em matéria dos seus objetivos, quer do entorno legislativo, que é igual em toda a Europa e que dificultam a sua execução. Não estou a fazer juízos de valor, mas torna-se difícil o ritmo de execução, nomeadamente o do investimento público”.

O governante admite que é preciso ter em conta as lições do PT2020 quando se olha para o próximo quadro comunitário. “O Portugal 2020 passou um quadro comunitário de apoio particularmente adverso em termos de contexto”, diz, recordando que em 2014 as empresas ainda estavam debilitadas na ressaca da crise financeira.

“O programa arrancou tarde. Quando entrámos no Governo, em 2015, a parte económica e empresarial praticamente não tinha arrancado e fruto de tudo isso tivemos de tomar medidas muito concretas para acelerar o PT2020, através de ações muito direcionadas para o investimento empresarial. O investimento público teve um arranque muitíssimo tardio, quer o autárquico, quer o da admi-

nistração central e só em finais de 2016 é que os projetos começaram a arrancar”, assinala, defendendo que tal não foi o padrão verificado só em Portugal, mas na generalidade dos países europeus.

Nelson de Souza recorda que “temos um valor perto dos 56% próximo do final de 2020, o que nos coloca entre os países com maior taxa de execução, sete pontos acima da União Europeia”.

Nuno Oliveira Santos realça a agilização de regras e procedimentos como fundamental para cumprir a execução dos fundos, “conjugando a simplificação administrativa com o rigor, o escrupuloso cumprimento da legalidade e a transparência com que os recursos devem ser geridos”.

“Será certamente outra área em que importa investir, de modo a evitar situações que impeçam a execução rápida deste investimento”, diz, assinalando que “o esforço de comunicar com e capacitar todos os agentes, desde os promotores dos projetos de investimento, até à administração pública responsável pela programação, gestão e monitorização destes fundos, será fundamental para garantir o sucesso que todos desejamos e que o país merece”. ●

PERGUNTAS & RESPOSTAS

O que é o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR)?

É o principal instrumento do NextGenerationEU. Com a entrada em vigor do MRR, os Estados-membros puderam começar a apresentar oficialmente os planos nacionais de recuperação e resiliência. Estes planos serão avaliados pela Comissão Europeia e pelo Conselho, para dar ‘luz verde’ às primeiras tranches do PRR, após o financiamento pela Comissão nos mercados.

Qual é o montante de pré-financiamento?

O pré-financiamento é de 13 % do montante total atribuído aos Estados-membros. Será disponibilizado quando os PRR forem aprovados.

Como está definida a estrutura do MRR?

O MRR assenta em seis pilares: transição ecológica; transformação digital; coesão económica, produtividade e competitividade; coesão social e territorial; resiliência sanitária, económica, social e institucional; políticas para a próxima geração.

Quais são os objetivos do MRR?

Entre os objetivos está que a União Europeia atinja a neutralidade climática até 2050, mas também avance na transição digital. “Pelo menos 37% das despesas com os investimentos e reformas previstas em cada plano nacional de recuperação e resiliência devem apoiar os objetivos climáticos”, referem documentos informativos de Bruxelas, indicando também que “pelo menos 20% das despesas com os investimentos e reformas previstos em cada plano nacional de recuperação e resiliência devem apoiar a transição digital”.

Como é que o MRR se liga ao Semestre Europeu?

Os projetos de investimento e de reformas previstos nos PRR deverão responder aos desafios identificados aos Estados-membros pela Comissão nas recomendações específicas por país no âmbito do Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas e sociais.

ENTREVISTA NELSON DE SOUZA Ministro do Planeamento

“Quem beneficia do financiamento tem responsabilidade de executar”

Nelson de Souza defende necessidade de “encurtar” tempo, mas diz que “o problema não está só na contratação”, mas também na execução dos fundos. Investimentos do PRR podem ser reformulados.

ÂNIA ATAÍDE

aataide@jornaleconomico.pt

O ministro do Planeamento está convicto de que as primeiras verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) vão começar a chegar ainda durante a presidência portuguesa. Nelson de Souza diz que alguns dos investimentos podem vir a ser reformulados no âmbito das conversas com Bruxelas e garante que as negociações sobre os programas operacionais do PT2030 estarão fechadas até junho.

Quando o PRR e o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) plurianual foram desenhados, a Europa ainda estava na primeira vaga da pandemia. Com os novos confinamentos em vários países e os atrasos no processo de vacinação, a chamada bazuca europeia ainda é suficiente para a recuperação económica?

A pandemia veio prolongar-se por um período muito maior do que aquele que eram as nossas expectativas. Mas o pacote que foi aprovado era bastante substancial e ficou bem dimensionado não só para os impactos conhecidos, mas com alguma margem de manobra para acudir a variações que pudessem vir a existir, como vieram a existir. Por definição os recursos nunca são suficientes e somos todos chamados a utilizá-los com racionalidade e com selectividade. É isso que se está a fazer a nível europeu. No Mecanismo de Recuperação e Resiliência, quase metade são concedidos a título de empréstimos. Essa natureza de empréstimos leva a um cuidado acrescido com os países com nível de endividamento global já per si altos e que esta crise sanitária e as condições económicas que daí advieram vieram agravar. Esse tipo de países tem que olhar ainda com maior prudência o recurso a essa componente. Ainda temos várias hipóteses em cima da mesa caso venham a ser necessários maiores níveis de recurso para prosseguir este tipo de políticas: políticas estruturais de apoio ao desenvolvimento.

A pergunta que todos fazem

é quando é que chega o dinheiro do PRR? Mantém a convicção que as primeiras verbas começarão a chegar aos países ainda durante a presidência portuguesa?

Mantemos essa convicção. Relativamente ao pacote de Resiliência aquilo que estava ao alcance imediato da presidência portuguesa fazer já foi feito. Aquilo que se pensa é que até meados do próximo mês de abril o processo de autorização [de decisão de recursos próprios] possa estar concluído. O que quer dizer que durante o mês de maio/junho este problema de financiamento também. Em Portugal, como todos os Estados-membros que querem ver acelerado as aprovações dos planos, temos feito todo o trabalho de casa. Queremos ver aprovados algures em abril/maio os nossos planos. Concluída a aprovação, a Comissão estará em condições de ter os recursos financeiros necessários para celebrar o contrato conosco e transferirmos a primeira fase e isso poder suceder até ao final do mês de junho. A nossa previsão é totalmente fundada e não apenas em mera suposições, mas num trabalho que está previsto, calendarizado e que apenas circunstâncias imprevistas e extraordinárias poderia pôr em causa.

O Governo previa entregar o PRR no início de março, mas acabou por adiar para

“

Tudo poderá vir a ser reformulado. Aliás, muitos dos investimentos já foram reajustados, reformulados, redimensionados em termos de custos desde outubro até agora

incorporar os contributos da consulta pública.

Já tem uma nova data para a entrega do plano?

Não fizemos nenhuma interrupção, mas tínhamos a noção que ao ter aberto duas semanas de auscultação pública iríamos introduzir algum *delay* nos trabalhos de conclusão e de encerramento do nosso processo de diálogo com a Comissão. Fizemos bem porque demos oportunidade a perto de 1.700 pessoas e organizações de exprimirem a sua opinião e darem o seu contributo. Esses contributos estão já sistematizados e organizados e estão neste momento em ponderação e análise política para que possam ter consequência em termos de ajustamentos a introduzir e até algumas alterações, que vão ser decididas rapidamente para que as possamos voltar a introduzir junto da Comissão. Estamos a seguir esta metodologia de acordar tudo com a Comissão Europeia antes de entregar o plano, daí termos alguma dificuldade em dizer e prever que novo *timing* vamos fixar para a apresentação. Na certeza, porém, que queremos ser dos primeiros a apresentar. Não para ganhar nenhuma corrida, mas para de facto ter o plano à disposição dos portugueses, das empresas e da economia o mais cedo possível.

Podemos pensar em meados de abril?

Não queria antecipar, mas seguramente começamos a aproximar-nos de datas que são datas limites para nós próprios senão até pomos em causa a própria aprovação do plano final dentro da presidência europeia.

Segundo algumas notícias, a Comissão Europeia estará com algumas reticências...

(interrompendo) Também é verdade. Além deste processo de auscultação, é natural que do conjunto de 14 mil milhões de euros de investimento que propusemos, dos 73 investimentos que apresentámos, a Comissão não aceitasse sem comentário, sem tomar posição relativamente a todos eles. É para isso que servem os contactos, é para isso que servem as negociações. Levantaram questões relativamente a um conjunto de in-

vestimentos na área da rodovia, da gestão hídrica. Aquilo que estamos a fazer é aquilo que nos compete. Esclarecer e tentar convencer a Comissão da bondade das nossas propostas. É um dos trabalhos que está em curso, que vamos ver como terminará e que solução virá a ter.

Mas alguns destes investimentos poderão ser reformulados?

Tudo poderá vir a ser reformulado. Aliás, muitos dos investimentos já foram reajustados, reformulados, redimensionados em termos de custos desde outubro até agora. É sempre o resultado de um processo negociado e este por maioria de razão porque se trata de um projeto de grande dimensão financeira, que envolve conceitos complexos como reformas, ações estruturais, ligação a investimentos, como quotas climáticas e digitais. Há um sem número de requisitos que temos que verificar

e cumprir e é natural que da sua aferição, do seu escrutínio, resultem questões desta natureza.

Mantém o calendário previsto dos concursos para as empresas no âmbito do PRR?

Aquilo que afirmo e mantenho é que ainda durante este semestre abriremos concursos no âmbito da antecipação dos mecanismos do Next Generation, que não é só o PRR. É o PRR e algumas outras linhas, nomeadamente a linha do REACT. O REACT já está a ser antecipado porque já está a financiar algumas medidas de emergência, nomeadamente as do Apoiar. Mas não me quero servir dessa antecipação, porque certamente existirão outras medidas do PRR que serão antecipadas à própria aprovação do PRR em termos formais.

Como responde às críticas





Cristina Bernardo

de que o Governo está a utilizar o PRR para fazer política orçamental e garantir o investimento público?

Isso será objeto de análise quantitativa, aquando da apresentação do Programa de Estabilidade. Os fundos estruturais e europeus não devem servir para substituir ao Estado aquilo que ele faz e deve continuar a fazer com o seu próprio Orçamento. Devem fazer é numa perspetiva de adicionalidade alguns investimentos de natureza específica, de reforço do seu contributo estrutural, antecipando, por ventura aquilo que o Orçamento de Estado não consegue fazer com a mesma rapidez. Temos de demonstrar no final de cada ciclo que continua a existir o mesmo nível de investimento que existia antes de começar o ciclo dos fundos estruturais e que no investimento público não há investimento de natureza corrente. Se no PRR estiver um in-

vestimento, por exemplo, para a conservação de estradas esse sim era pura e simplesmente tirar aquilo que o Estado devia fazer para pôr no PRR. Desorçamentar ali para pôr aqui. Temos de convidar todos a olhar para o investimento público e perceber se aquele era um investimento que de alguma forma já estava previsto ou se faria no Orçamento de Estado, sem o PRR.

Como por exemplo?

Por exemplo, na área da mobilidade, as linhas do metro de prolongamento até Alcântara, provavelmente não seriam feitas até 2026 se não estivessem no PRR. Não havia recursos para isso, nem estava programado fazer-se, logo não estamos a passar despesa do Orçamento de Estado para aqui. Temos que ser objetivos. A mesma coisa sobre os projetos na digitalização. A Comissão anda permanentemente a questio-

nar-nos: não pode haver aqui despesas correntes. Somos chamados a explicar o contributo deste tipo de investimento em matéria de transformação estrutural e que reforma é que ele visa. Isto não pode ser computadores por computadores. Tenho a certeza que este princípio da adicionalidade é muito melhor cumprido e verificado no PRR do que em qualquer outro programa anterior dos fundos europeus, porque é objeto de escrutínio.

Em que fase das negociações do PT2030 com a Comissão é que estamos? Já se iniciou a repartição do envelope pelos programas operacionais?

Não estou nada preocupado com isso. O que temos a fazer estamos a fazer. Há um trabalho muito moroso de tradução dos regulamentos. O secretariado-geral do Conselho aponta-nos para uma aprovação formal e final dos regulamentos e publicação em junho deste ano. Até lá não podemos fazer nada em termos formais de apresentação do acordo de parceria. Nós sabemos muito bem o que andamos a fazer. Temos estado em contactos informais com a Comissão, fizemos aprovar uma resolução do Conselho de Ministros a definir um modelo global dizendo quais eram os programas e as temáticas que teriam. Não avançamos mais em termos de afetação de verbas porque ficamos à espera das últimas decisões. Temos dado alguma prioridade ao PRR, que é mais urgente. Precisamos de o estabilizar para saber o que vamos ter de complementar e dar coerência aos fundos estruturais. Só por essa razão é que ainda não tomamos a decisão definitiva sobre essa matéria. Depois ainda havemos de voltar a alargar o processo de auscultação e decisão. Até junho temos essa matéria programada.

Será um desafio também para os fundos que aí vêm o ritmo de execução que teremos de fazer....

É. Temos chamado à atenção disso e estamos a tentar que muitas dessas condicionantes venham a ser removidas, não querendo perder de vista a transparência, o controlo, a boa aplicação dos dinheiros públicos. Quanto à questão da taxa de execução, também gosto de situar a taxa de esforço do Portugal 2020. Temos 43% por executar, portanto temos três anos para o fazer. Dá qualquer coisa como 14%. Em 2019, executámos 12%, e em 2020, pese embora o contexto da pandemia, conseguimos executar 11,9%. A taxa de esforço não é assim tão grande, até porque normalmente as nossas curvas de execução dos quadros anteriores apontam para uma aceleração brutal nos últimos três anos. O que é verdade é que sobre este acumular de dois quadros somos convocados para executar mais um montante que é de 60 ou 70% do novo quadro, em cinco/seis anos em vez dos nove/dez que tem o outro. Isto é que representa, de facto, um grande desafio.

Uma simplificação dos processos de contratação não seria determinante para responder a este desafio?

A simplificação da contratação é importante. Temos de decidir, encurtar e poupar tempo em todas as fases, mas não tenhamos ilusões. O problema não está só na questão da contratação. O problema depois está na execução. No PT2020 temos contratos que estão celebrados há anos que têm taxas de execução muito baixas. O problema não é tanto a contratação do apoio ou do financiamento dos fundos. Muitas vezes já está dado e é dado relativamente rápido. Todos nós temos de ser mais rápidos, mais eficientes, menos burocráticos, não pedir coisas que não acrescentem valor. Mas é preciso notar que aqui não existem os nós, nem os eles, como muitas vezes ouço 'agora quero ver como o Estado vai concretizar este plano'. Não enjeitamos as nossas responsabilidades que são muitas: de organizar bem, de regulamentar ainda melhor, de executar como deve ser, ter os meios e recursos do nosso lado adequados para pôr tudo em marcha. Quem beneficia do financiamento tem a responsabilidade de fazer as coisas e executá-las. E agora no quadro do PRR de obter os resultados do investimento que se faz, que é essa a exigência do PRR ao contrário do que se sucedeu até agora.

Está a analisar com a Comissão se há projetos de investimento do PT 2020 que podem ser transferidos para o PT 2030. Quais serão os critérios usados?

Estamos a trabalhar com a Comissão em alguns ajustamentos dessas regras. Aquilo que queríamos era flexibilizar as regras de transição dos projetos de um quadro para outros. Se tenho um projeto de construção de uma ponte e fiquei em termos de execução a meio de uma ponte, não posso fechar o projeto assim porque este não pode ter como entregável meia ponte, mas também seria possível que fosse só um encerramento financeiro. Aquilo que estamos a tentar propor é que quereríamos encerrar em meia ponte, com o dinheiro da meia ponte, e ficarmos com o compromisso de completar a ponte com o novo ou com dinheiros do Orçamento de Estado. É um bom exemplo daquilo que estamos a tentar. Temos tido um grande apoio e disponibilidade da parte da comissão europeia Elisa Ferreira nesse assunto. Estamos em articulação e vamos ver aquilo que será possível fazer.

Dada a dimensão dos recursos

“

Os fundos estruturais e europeus não devem servir para substituir ao Estado aquilo que ele faz e deve continuar a fazer com o seu próprio Orçamento

financeiros e dos prazos, os serviços ligados aos fundos serão, de alguma forma, reforçados?

Relativamente ao PRR vamos tratar de montar a estrutura de governação global. Vai ser muito simplificada. Queremos pouca intermediação entre a decisão e a execução. Vamos ter sobretudo uma estrutura de missão que terá pouco mais de 50 elementos e será a estrutura operacional de coordenação global. Foi decidido não integrar na AD&C para haver autonomia em termos do PRR e dos fundos. A agenda de coordenação de execução e de responsabilidades dos diversos ministérios sectoriais é uma agenda de grande responsabilidade e de muito trabalho de coordenação. Caberá a cada um dos ministérios ponderar os melhores meios para dar execução. Sei que os meus colegas estão certamente a equacionar essas questões e a encontrar soluções para isso.

Já está escolhido o presidente da Comissão de Acompanhamento?

Os diplomas do modelo de governação e da estrutura de demissão foram aprovados em Conselho de Ministros. Estou a aguardar a publicação para depois agir em conformidade e indicar os responsáveis da estrutura de missão.

A questão da fiscalização e transparência tem sido muito discutida. Em que ponto está o desenvolvimento da plataforma de monitorização dos fundos?

A plataforma vai ser sobre todos os apoios públicos, não só os do PRR. É uma iniciativa que também envolve o Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública. O projeto já está desenvolvido. Terá dados agregados sobre os apoios concedidos com acesso e consulta mais amigável do que existe atualmente no site do Portugal 2020, mas também vai ter dados sobre projetos individuais. Vai ser lançado durante o mês de abril com os projetos que há. Irá começar nesta fase de abertura com os fundos estruturais e com os fundos de coesão e ter alguma informação geral sobre o PRR.

É uma forma eficaz de assegurar a transparência?

A questão da transparência, do controlo, da prevenção da fraude e da corrupção constitui um dos objetivos da gestão do PRR. Foi até decidido criar um novo nível no modelo de governação: a criação de uma comissão de auditoria e controlo. Essa função estava exclusivamente incluída na estrutura de missão numa unidade segregada. Agora decidiu-se autonomizar a supervisão desta área, que terá a IGF a presidir-la e envolverá outras entidades externas associadas a esta função. Reforçará de uma forma bastante visível esta função e teremos um sistema mais escrutinado, que merecerá maior confiança por parte de todos. Isso não dispensará que nós próprios teremos as nossas iniciativas de acompanhamento, monitorização, realização de controlos, as quais vamos estar vinculados em termos regulamentares e em termos de reporte da informação. ●

PRIORIDADES DO PT2030

Oito eixos, quatro agendas, num programa de 33,6 mil milhões

Depois da definição dos três principais motores da recuperação económica europeia pela Comissão, coube a cada país identificar as áreas chave nas quais colocar este plano em prática. Em Portugal, o foco está na coesão territorial e inovação.

JOÃO BARROS

jbarros@jornaleconomico.pt

O Governo definiu já os eixos estratégicos orientadores da aplicação do PT2030, de forma a revitalizar e modernizar a economia nacional. Com cerca de 33,6 mil milhões de euros a chegar nos próximos seis anos, são oito as dimensões prioritárias que, no seu ver, responderão aos principais desafios económicos e sociais do país, tanto os causados pela atual conjuntura pandémica, como os estruturais.

Apesar de serem apontados como uma oportunidade única para o país, os fundos europeus que chegarão a Portugal nos próximos anos constituem igualmente um desafio, pela necessidade de aproveitar ao máximo este recurso. Foram assim definidos eixos tendo em conta as quatro agendas temáticas do programa Portugal 2030: pessoas primeiro; digitalização, inovação e qualificações como motor do desenvolvimento; transição climática e sustentabilidade; e, finalmente, a competitividade externa aliada à coesão interna.

O primeiro eixo de ação relaciona-se com “Inovação e Conhecimento”, que encontra vários pontos de contacto com o segundo eixo, o da “Qualificação, Formação e Emprego”. Estes dois visam sobretudo um incremento de competitividade através de novas tecnologias e processos inovadores, bem como da dotação dos recursos humanos necessários à manutenção desta dinâmica.

Este será um eixo com implicações transversais às várias indústrias, dada a expectativa de modernização de grande parte da economia.

“Na base destes investimentos deverão estar projetos inovadores, bem como projetos voltados para a internacionalização e geradores de emprego. As tecnologias de informação e comunicação terão aqui um papel fundamental como motor de desenvolvimento da área de serviços, continuando a aposta na nova geração de agricultores e na revitalização do turismo e da indústria”, explica Dário Gaspar, diretor da We Incentivos.

De seguida, a sustentabilidade demográfica será um dos eixos estruturalmente mais relevantes, dada a envelhecida população portuguesa e a sua distribuição geograficamente assimétrica. Para Dário Gaspar, estes são os três eixos principais do programa, quer pela sua



Unsplash

que, se bem geridos, permitirão a Portugal prosperar e ter um papel de destaque numa década marcada pelas alterações climáticas e pela escassez de alimentos”, refere o documento de Enquadramento Estratégico do Portugal 2030, que menciona ainda a criação da “Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas no mar português e definidos os respetivos planos de gestão, de forma a proteger os principais habitats e ecossistemas marinhos vulneráveis e dar cumprimento aos compromissos assumidos no âmbito das Nações Unidas de abranger 14% até 2020 e 30% até 2030”.

Por outro lado, também a agricultura e as florestas são elencadas como uma das prioridades na ação do programa, dado “o elevado valor económico total da floresta”, que “decorre não só da sua realização comercial, mas também dos serviços ambientais e sociais que presta”. Frequentemente associada ao meio rural, esta dimensão do programa relaciona-se proximamente com a competitividade e coesão dos territórios da baixa densidade. Finalmente, a necessidade de reforçar a competitividade externa do país levou à definição do eixo “Redes e Mercados Externos”.

Ao contrário do que sucederá com o Plano de Recuperação e Resiliência, que tem um foco sobretudo no público, o Portugal 2030 representará uma oportunidade para as pequenas e médias empresas levarem a cabo necessárias ações de modernização, qualificação e internacionalização, salienta Sérgio Oliveira, *partner* da Deloitte e ReStart Center for Business Leader.

“Para o setor privado, importa destacar, no contexto do Portugal 2020 e da Estratégia Portugal 2030, as oportunidades para a concretização de projetos de inovação produtiva, investigação e desenvolvimento e ainda de qualificação e internacionalização, nomeadamente para as Pequenas e Médias Empresas”, refere.

Esta é uma dimensão também salientada por Paulo Pires, Diretor Incentivos & Benefícios Fiscais da HM Consultores.

“Se olharmos para o próximo Quadro Comunitário Portugal 2030, somos da opinião que as principais novidades estarão no acesso mais limitado a grandes empresas (promovendo inclusivamente a uma maior segmentação entre empresas que, sem dúvida, beneficiará o tecido empresarial português intensivo em mão-de-obra)”, sublinha. ●

Ao contrário do que sucederá com o PRR, o PT2030 será uma oportunidade para as PME se modernizarem, qualificarem os seus recursos humanos e internacionalizarem, diz Sérgio Oliveira

relevância na economia do futuro, quer pela importância de equilibrar demograficamente o país, e constituem os “Objetivos Horizontais” definidos pelo Governo, pela sua transversalidade a grande parte da economia.

Os restantes eixos são classificados como “Objetivos Territoriais”, visando a promoção de uma maior coesão dentro do país e diminuição das assimetrias regionais que há muito se verificam.

A “energia e alterações Climáticas” apresenta-se em linha com um dos principais objetivos enunciados pela Comissão Europeia para a recuperação europeia, a transição

climática. Este é um dos exemplos de complementaridade entre os vários instrumentos disponibilizados pela UE, dada a forte componente ambiental do Next Generation EU.

Outro objetivo intimamente relacionado com a promoção de uma transição ambiental e energética para um futuro mais sustentável prende-se com a aposta na economia do mar, vista como um dos maiores ativos do país.

“O mar é uma das principais fontes de material de base biológica que urge preservar e valorizar. Acima de tudo, o mar alberga serviços ecossistémicos e capital natural



Unsplash

FUNDOS EUROPEUS

Balcão 2030 vai ser igual ao anterior, mas melhor

Depois da evolução e agilização que representou o Balcão 2020, a ideia passa agora por manter a mesma estrutura para o novo quadro financeiro comunitário, mas melhorando alguns aspetos que dificultavam o processo de candidatura.

JOÃO BARROS

jbarros@jornaleconomico.pt

Com a transição digital referida como um dos principais objetivos do plano de recuperação económica europeia, faz sentido que o processo de candidaturas a estas linhas incorpore já uma elevada componente tecnológica e desmaterializada que contribua para a agilização destes processos. Assim, em linha com o que aconteceu com o Portugal 2020 (PT2020), a Estratégia Portugal 2030 prevê um modelo de submissão semelhante ao criado para o programa que agora irá terminar, mas com simplificações que diminuam prazos e encargos.

“O Balcão 2030 vai ter de entrar em funcionamento de forma antecipada, porque queremos que tanto sirva o PRR como os fundos estruturais. O Balcão 2020 vai ter uma continuidade com adaptações”, afirmou ao JE o ministro do Planeamento, Nelson Souza.

“O caminho que se tem percorrido de simplificação de processos administrativos, como a plataforma PAS [Plataforma de Acesso Simplificado], a implementação de medi-

das previstas no programa SIMPLEX, a partilha de informação entre entidades do Estado, entre outras, têm sem dúvida contribuído para a simplificação do acesso a Fundos Comunitários. O processo de candidatura é mais simples, quando comparado com as plataformas que tínhamos no quadro anterior”, começa por referir Paulo Pires, Diretor Incentivos & Benefícios Fiscais da HM Consultores.

Apesar da evolução, há ainda um longo caminho a percorrer e importantes mudanças a implementar. Paulo Pires destaca desde logo os avanços de várias agências que “ao nível da gestão de projetos não estão a ser acompanhados por outros organismos”, bem como “discursos técnicos difíceis de interpretar pelos empresários” presentes nos formulários, que frequentemente acarretam “obrigações, condições de acesso e regras complementares” que não estão “todas definidas à partida”.

“Temos que reconhecer que a concentração da gestão dos processos do PT2020 no Balcão foi um avanço significativo em relação ao QREN [Quadro de Referência Estratégico Nacional], no entanto, o mesmo apresenta falhas críticas ao

nível de automação de processos e na própria linguagem de programação”, começa por afirmar Paulo Pereira, CEO da Neomarca, que exemplifica com “alguns dos processos de trabalho no Balcão 2020 [que] têm de ser realizados num *browser* descontinuado”, neste caso, o Explorer.

“Logo à partida era importante que os formulários de candidatura fossem simplificados ao nível de informação e detalhe da mesma. Simplificação que deveria também chegar ao nível de acompanhamento de projetos do nível de documentação exigida, que deveriam ser minimizados”, defende Dário Gaspar, diretor da We Incentivos, para quem o acompanhamento destes projetos seria mais eficiente caso “olhasse mais para metas e resultados contratualizados e [...] não influísse tanto na tomada de decisão”.

Filipa Pinto de Carvalho, *co-founder* da Moss&Cooper, tem semelhante visão. “Essa simplificação poderá passar, em primeiro lugar, pela melhoria do acesso à informação relativa aos Avisos de Concurso, que já está muito dispersa, e que tenderá a ficar ainda mais dispersa com a descentralização dos fundos europeus”, argumenta. Esta melhoria serve vários

propósitos, como “o aumento da fiscalização da aplicação dos fundos ao nível público por parte da sociedade em geral, através de um portal público”, um aspeto tantas vezes mencionado na questão dos fundos comunitários, bem como um “para diminuir a burocracia e o acesso a fundos”.

Assim, e apesar da oportunidade que constituem estas linhas para o tecido empresarial, o processo carece ainda de algumas afinações. Isso mesmo reconhece o Governo, ao prever formulários “mais simples e com menos campos para preencher, para melhorar a eficácia da atribuição dos fundos europeus”, “reduzir os custos administrativos associados a este processo” e “uma redução da intermediação e dos encargos para os promotores”.

Um sinal positivo vem dos programas APOIAR e ADAPTAR, que, apesar de algumas dificuldades, marcou já uma evolução funcional no processo de candidatura. Estas melhorias, aliadas, por um lado, ao aumento de ferramentas digitais disponíveis para a Administração Pública e, por outro, tomando como base o Balcão 2020, deixam algum otimismo entre os vários agentes do sector. ●

Era importante que os formulários de candidatura fossem simplificados ao nível de informação e detalhe e que a documentação para o acompanhamento de projetos também fosse minimizada, defende Dário Gaspar

TRANSPARÊNCIA

Como ter maior controlo, mas sem mais burocracia

Portugal já tem mecanismos para controlo da aplicação dos fundos europeus, mas há sempre espaço para melhoria, consideram os especialistas ouvidos pelo JE, que alertam que mais fiscalização não pode resultar num labirinto burocrático.

JOÃO BARROS

jbarros@jornaleconomico.pt

Uma preocupação frequentemente apontada, em Portugal, quando se fala de fundos comunitários prende-se com a sua adequada utilização. Num país onde a corrupção é um tema que ciclicamente domina o debate político e onde ainda se recordam processos judiciais da década de 90 do século passado, a transparência na gestão dos recursos europeus a que Portugal terá acesso até ao final da década constitui tema de debate, mesmo quando os especialistas ouvidos pelo Jornal Económico (JE) consideram existirem hoje tecnologias e mecanismos de reporte e verificação mais robustos.

“O problema das apropriações indevidas dos fundos é um tema ultrapassado, hoje em dia”, defende Ana Luísa Guimarães, sócia na área de Público da sociedade de advogados Sérvulo & Associados. “A execução do Portugal 2020 e dos quadros anteriores já tinha mecanismos de controlo e de *governance* que, em regra, preveniram esse efeito e que obviamente devem ser mantidos. Esse é um tema resolvido e o foco no improvement deve ser outro”, acrescenta.

Há sempre espaço para melhorias, mas é fulcral atingir um equilíbrio entre a burocracia pedida e a agilidade com que se processarão as candidaturas, outro aspeto no qual vários agentes portugueses costumam apontar o dedo à máquina do Estado.

“É importante apostar em mecanismos que não passem, obrigatoriamente, pelo aumento da informação solicitada aos empresários”, pede Rita Roque, cofundadora da consultora Moss & Cooper, sob pena de se criarem mais barreiras às candidaturas por parte dos empresários. E, como ressalva Ana Luísa Guimarães, “menor burocracia não significa fraudes ou falta de transparência e o inverso também é verdadeiro”.

Por outro lado, estes programas estão sempre sujeitos a pequenas apropriações ou utilizações indevidas, sendo algo quase inevitável. Isso mesmo reconhece a Comissão Europeia, como relembra José Eduardo Martins, sócio da sociedade Abreu Advogados, que aponta o facto de Bruxelas reconhecer a existência de uma “taxa de evaporação”. Para o antigo se-



cretário de Estado do Desenvolvimento Regional, não se pode falar de uso indevido sem mencionar o principal responsável pelo mesmo, o Estado.

“Os fundos da UE [União Europeia] servirão para pagar despesa permanente do Estado, não servirão para fazer crescer as empresas privadas que são as que geram riqueza, emprego, pagam impostos e contribuições para a segurança social. A primeira entidade que se apropria indevidamente dos fundos é o Governo, deixando para as empresas privadas uma percentagem mínima dos fundos disponíveis”, argumenta.

Como tal, importa criar ou aperfeiçoar mecanismos que permitam a avaliação da forma como são aplicados estes fundos, que terão, na teoria, de se reger por avaliações custo-benefício. Um passo nesta direção foi dado com a criação do Portal Base, há mais de 10 anos, como refere Pedro Melo, sócio e coordenador da área de Público e Regulatório da sociedade de advogados Miranda & Associados, que projeta uma aplicação deste modelo aos novos instrumentos de apoio definidos para o atual período.



“O problema das apropriações indevidas dos fundos é um tema ultrapassado, hoje em dia”, defende Ana Luísa Guimarães

Mais recursos, mas não um novo quadro

“Uma solução possível seria criar uma Comissão ad hoc, devidamente apetrechada com recursos humanos de elevada competência e probidade, que centralizaria a atribuição desses fundos. Em alternativa, poderia ser criada uma nova secretaria de Estado para a gestão exclusiva desta matéria”, acrescenta, descartando, no entanto, a criação de “um novo quadro normativo, sob pena de se complicar uma área que importa agilizar e desburocratizar”.

Outro aspeto prende-se com a resolução de algumas ineficiências nos portais onde devem ser submetidas as candidaturas. “A melhoria das plataformas, enquanto medida de simplificação de processos, também não comprometeria a luta contra a fraude”, sublinha Rita Roque, ideia que encontra eco em José Eduardo Martins.

“Procedimentos simples, transparentes, com uma base tecnológica acessível dão muito mais garantias de respeito pela legalidade do que labirintos administrativos com um infinito sobe e desce de procedimentos hierarquizados”, relembra o sócio da Abreu, que su-

porta esta visão nos “estudos internacionais credíveis que demonstram uma correlação direta entre o excesso de burocracia e o aumento da corrupção”.

Assim, dois aspetos parecem incontornáveis: por um lado, é essencial que Portugal faça um verdadeiro aproveitamento destes fundos, para o qual tem de contribuir a simplificação dos processos de candidatura, mas, por outro, este aproveitamento terá de ser auditado e acompanhado, sobretudo junto das entidades públicas.

“Portugal não pode falhar neste projeto ambicioso e na maximização do aproveitamento dos milhões de euros que vão ser disponibilizados”, diz Ana Luísa Guimarães. “Desde que se garanta um controlo adequado da execução dos fundos pelas entidades públicas, penso que a criação desses mecanismos acrescidos de transparência deve ficar para segundo plano: se forem simples de implementar, muito bem; se nisso se vão concentrar recursos e meios que são necessários para conseguir maior eficácia e eficiência na atribuição dos fundos e na seleção dos projetos, então não tem sentido investir nesses mecanismos”, remata. ●



Apoie o jornalismo independente.

S	Q	N	V	A	H	I	P	A	N
I	H	B	T	X	Q	N	O	J	F
M	A	P	L	R	X	E	U	V	R
Q	A	O	B	C	X	T	P	J	L
X	S	U	B	S	C	R	E	V	A
N	O	V	T	P	V	H	Q	M	J
X	N	E	X	Z	N	J	X	H	I
P	L	N	R	N	Q	B	S	X	M

Subscreva hoje em leitor.jornaleconomico.pt/assinaturas/produtos ou ligue 217 655 300

   /JornalEconomico/

FÓRUM

OS DESAFIOS DE UM PLANO AMBICIOSO

Apesar do estímulo que constituirá para a economia europeia e, por conseguinte, portuguesa, são vários os pontos de discórdia de vários agentes nacionais quanto à aplicação destes fundos, sobretudo no que respeita ao equilíbrio entre público e privado.

1. QUAIS OS DESAFIOS PARA O ESTADO E PRIVADOS NA EXECUÇÃO DOS FUNDOS EUROPEUS?

2. COMO AVALIA O MODELO DE GOVERNAÇÃO DOS FUNDOS EUROPEUS ATRIBUÍDOS A PORTUGAL ATRAVÉS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA?



LUÍS MIGUEL RIBEIRO
Presidente da AEP – Associação
Empresarial de Portugal

1. O principal desafio para o novo período de programação de fundos europeus é a capacidade de execução: tem de ser célere e com elevada qualidade. Não podemos permitir que se chegue ao final do próximo período de programação com um nível de execução baixo, tendo em conta que o país precisa urgentemente destes apoios. Recordo que neste momento ainda temos por executar mais de 40% das verbas do Portugal 2020. Outro desafio, não menos importante, prende-se com a qualidade da alocação das verbas. E aqui a AEP reafirma a necessidade de uma forte alocação ao investimento ao setor empresarial privado, com vista a apoiar a rápida retoma e contribuir para alcançar os inúmeros desafios associados à agenda de transformações estruturais que o país ambiciona, com destaque para o apoio à inovação e conhecimento, à transformação digital e climática, ao aumento da competitividade e melhoria da produtividade, ao aumento da intensidade exportadora, à requalificação dos recursos humanos. Nesta ambição, deve ser prestada uma redobrada atenção à valorização da indústria, que soma agora novas oportunidades no contexto da maior proximidade (relocalização) dos elos das cadeias de valor e da aposta na produção de bens estratégicos. A AEP continua a defender que ao Estado deve caber um papel de regulador e fundamentalmente facilitador do contexto em que se move a atividade empresarial. Por isso, o investimento público financiado pelos fundos europeus deve ser prioritariamente dirigido a áreas de suporte à promoção da competitividade da economia portuguesa, como é o caso dos investimentos em infraestruturas de transporte e logística, num modelo que sirva os interesses do país e a competitividade das nossas empresas.

2. O modelo ainda só foi aprovado em Conselho de Ministros, pelo que temos que aguardar pela respetiva publicação do diploma. De qualquer forma, a AEP insiste na necessidade do modelo ter um forte envolvimento das associações empresariais, quer numa fase prévia, nomeadamente na auscultação às propostas de regulamentação, geral e específica, dos programas, quer em termos do seu envolvimento mais profundo, devendo ser replicado o modelo de delegação de competências já suficientemente testado e com resultados muito positivos (como é o caso do Programa Formação PME, em que a AEP é Organismo Intermédio) a outras áreas fundamentais à melhoria da competitividade da economia portuguesa.



ALEXANDRE MEIRELES
Presidente da ANJE – Associação
Nacional de Jovens Empresários

1. Os desafios para o Estado são, desde logo, definir estratégias de desenvolvimento, planear a sua operacionalização e assegurar a sua implementação no terreno. Cabe-lhe, pois, garantir que os investimentos alavancados pelos fundos criam efetivamente externalidades positivas no tecido económico e social e promovem a transformação estrutural do país. O Estado deve também capacitar a sua máquina administrativa com recursos (humanos, financeiros, tecnológicos, infraestruturais, etc.) que assegurem eficiência e rapidez nos processos de receção, análise, avaliação e dotação dos projetos candidatos a financiamento. Por último, o Estado tem de garantir rigor e transparência na aplicação dos fundos europeus. Aos privados cabe, por seu turno, apresentar projetos com qualidade técnica, viabilidade económica, sustentabilidade financeira e potencial para criar valor, emprego, inclusão social e bem-estar ambiental. Projetos que, de facto, se enquadrem nas agendas estratégicas da UE, designadamente a transição digital e climática, e promovam um modelo de

desenvolvimento mais competitivo, inclusivo e sustentável.

2. O modelo de governação assente em quatro níveis de coordenação (política, técnica e de gestão, controlo e auditoria e acompanhamento) procura centralizar a gestão e descentralizar a execução dos fundos, conciliar liderança política com rigor técnico e assegurar transparência e *accountability* na aplicação dos dinheiros europeus. Considerando tudo isto, o modelo deve ser enaltecido pelos princípios de governação aberta, transparente, participativa e desconcentrada que o norteiam. Resta saber se, na prática, este modelo garante, de facto, uma governação ágil e eficaz. Se não houver uma boa articulação entre os quatro níveis de governação, corremos o risco dos processos de decisão se arrastarem no tempo e se enredarem nas malhas da burocracia.



PEDRO NETO
Partner Corporate Finance
da Moneris

1. Os fundos comunitários são um importante instrumento de incremento da competitividade das economias, pelo que, os principais desafios centram-se, por um lado, na garantia de que a sua aplicação tem efetivamente resultados práticos na economia e na sociedade, ou seja, que sejam aplicados em atividades que promovam a criação de emprego e valor, que são, na sua essência, e maioritariamente, alavancados pela empresas. Por outro lado, e do que se conhece do passado (fraca execução dos fundos europeus), é essencial, uma vez por todas, que se promovam processos efetivamente ágeis e céleres, quer na fase de abertura de candidaturas, suas aprovações e desbloqueamento de verbas, por forma a que possam ser realmente adaptados às necessidades constantes da economia, que, e como temos agora maior perceção, está em permanente mutação. Assim, é crucial ultrapassar o desafio

da burocratização, da clareza dos processos e celeridade nas diferentes fases dos mesmos.

2. O modelo de governação, em termos conceptuais, define de forma clara a estrutura orgânica, estratégica e operacional no que respeita ao processo de acompanhamento e implementação do PRR. Contudo, e no que respeita à aplicação dos cerca de 31,1 milhões de euros adstritos a Portugal, onde 15,3 mil milhões de euros são fundo perdido, e por forma a que possam produzir efeitos estruturais e contínuos na economia, deveriam privilegiar uma maior componente, do que está definido, para o tecido económico português.



DÁRIO GASPAR
Manager
da We Incentivos

1. Em relação aos Fundos Comunitários para Portugal para os próximos 10 anos, resta ainda executar do PT 2020 12,8 mil milhões de euros; a implementação do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 (PT 2030) um total de 29,8 mil milhões de euros e do PRR (Next Generation EU) um total de 15,3 mil milhões de euros em subvenções. É expectável, que o PRR tenha mais impacto direto na Administração Pública e indiretamente nas Empresas. Inversamente, com acesso direto aos Fundos Comunitários acreditamos que o Portugal 2030 trará mais oportunidades aos investimentos empresariais. Os promotores que têm receio de concorrer aos Fundos Comunitários é em grande parte pela burocracia que lhe está inerente, seja na fase de candidatura seja na fase de execução. Seria fundamental existir mais agilização na análise de pedidos de pagamento e do próprio pagamento. A modalidade de adiantamento em vigor no Estado de Emergência deveria ser a regra.

2. Na própria essência da definição dos Planos foram delineadas três



dimensões estruturantes: Resiliência; Transição Climática; e Transição Digital.

Sendo o PRR direcionado a investimentos públicos como a educação, saúde, emprego, sustentabilidade e digitalização, um grande desafio governamental será o estabelecimento de regras, metas e fronteiras a si próprio. Sobretudo o sector das PME, será o motor de crescimento da economia e estas deverão ter disponíveis os apoios necessários à sua alavancagem e investimento, tendo em vista a criação de negócio, valor e emprego. Os espanhóis por exemplo apostam a maior fatia do seu PRR para as empresas, mas na modalidade de parcerias público-privadas. No entanto, será que este mesmo modelo se aplicaria a Portugal de forma eficiente? Para as empresas o grande desafio é ter estruturas de acompanhamento de projetos, que realmente se predisponham a ajudar os promotores, numa lógica cooperativa e não onde estes muitas vezes se sentem reféns dos próprios organismos intermédios e das suas regras de avaliação e execução de projetos. É preciso uma estrutura de acompanhamento composta por pessoas que realmente tenham estado no terreno e sentido as dificuldades das empresas. Contamos com o Governo para responder eficazmente a estas situações e criar os mecanismos mais eficientes e disponíveis para ajudar ao relançamento da economia.



Shutterstock

indiscutivelmente dimensões que respondem aos maiores desafios da atualidade, especialmente, e de forma acelerada, na sequência da crise pandémica em que vivemos. A estrutura do PRR é clara e ambiciosa, disponibilizado montantes que podem ser determinantes para o retomar da economia nacional. Não obstante, sendo muito ambicioso e com um período temporal relativamente limitado, resta saber se Portugal terá capacidade de o levar a cabo e de efetivamente implementar todas as medidas aí previstas.

Por outro lado, um plano cujo intuito fundamental é recuperar a economia nacional, apoiando o tecido produtivo, principalmente das micro e PME, deveria integrar atividades e projetos que envolvessem mais investimento privado ao invés de se focar de forma tão determinante em projetos de investimento apenas ou essencialmente público.

Além disso, este Plano deixa de fora investimentos em áreas absolutamente fulcrais para o desenvolvimento sustentável da nossa economia, como é o caso da agricultura, alimentação e água. Apesar de incluir alguns projetos hídricos e de regadio, omite projetos tão importantes como o Projeto Tejo, que apresenta soluções de gestão mais eficiente do recurso escasso que é a água numa zona do país que ficou esquecida no Plano. Para não falar no mar, cuja omissão é preocupante. Ou ainda o investimento agrícola e em toda a cadeia agroalimentar, um dos maiores desafios globais, mas que, ainda assim, não é endereçado neste Plano.

entidades representativas de vários setores e ainda agências do Estado com experiência na gestão de fundos. É fundamental que a implementação dos fundos seja rigorosamente acompanhada a dotada de grande transparência, tanto mais que a maioria dos fundos previstos no PRR são subvenções, ou seja, verbas a fundo perdido. Este modelo de governação deverá assegurar esse objetivo, e simultaneamente evitar tornar-se demasiado complexo e paralisador.



NUNO TOMÁS
Managing Director
da Ayming Portugal

1. Do conjunto de princípios orientadores que regerão a execução dos fundos europeus, a Orientação para resultados é o que tem uma relação mais direta com a sua atribuição, junto de quem efetivamente concretiza os projetos a que se propõe em candidatura. Assim, considerando a delicada conjuntura atual, que coloca aos agentes económicos uma panóplia de desafios ao nível da sua liquidez e do cumprimento de compromissos de investimento, assim como a histórica dicotomia entre os conceitos taxa de compromisso e taxa de execução, colocará o cumprimento dos objetivos contratados como o grande desafio futuro para todos os beneficiários de fundos europeus (públicos e privados).

2. A nomeação do primeiro-ministro para a presidência da Comissão Interministerial alocada à Coordenação Política e Estratégica do PRR é representativa da importância fulcral deste modelo de governação para a recuperação do País, articulando com a Comissão Nacional de Acompanhamento que, embora sendo consultiva, terá como dever a execução do PRR e assegurar a transparência de todo o processo. No domínio da Operacionalização e Coordenação Técnica, a missão Recuperar Portugal terá um papel determinante, atento o apoio à operacionalização do PRR, a todos os níveis, com foco nos princípios da descentralização e da orientação para resultados. Este modelo passa por um conjunto de dimensões bastante significativas, tendo na sua operacionalização/coordenação os aspetos centrais para o funcionamento do PRR em linha com as expectativas criadas.



JOÃO ARANHA
Partner
da Baker Tilly

1. Estamos perante, provavelmente, o maior desafio no que concerne à execução de fundos europeus, não só pela dimensão do envelope financeiro, mas também pela envolvente conturbada em que vivemos e pela celeridade que será exigida, em particular, na execução do PRR.

Porque não se trata apenas de executar, é exigido que se execute estrategicamente os fundos, sob pena, de mais uma vez, não aproveitarmos este “acelerador” para ombrear com o desenvolvimento económico de alguns dos nossos parceiros europeus.

E, para se executar estrategicamente temos que definir escrupulosamente as metas e objetivos que pretendemos atingir, mas tão ou mais importante, o Estado e privados terão que aportar capital aos projetos, numa altura de forte incerteza. Deste modo, o aporte de capital por um lado, e a celeridade exigida na execução dos projetos serão os grandes desafios dos beneficiários, sendo fulcral um planeamento atempado do projeto, tanto em fase de candidatura, como de execução.

2. O modelo de governação assente em 4 grandes pilares, conforme foi divulgado, sendo que parece equilibrado e adequado para o PRR. Mas como em qualquer negócio ou atividade económica, os negócios e projetos são as pessoas por trás dos mesmos, pelo que deverá existir uma escolha criteriosa de indivíduos ligados ao tecido empresarial que consigam exprimir e articular as carências dos agentes económicos, por forma a que o PRR tenha o encaixe perfeito numa economia carente de apoios.



SARA ESTIMA MARTINS
Sócia da SRSAdvogados,
departamento da Concorrência e UE

1. Os grandes desafios associados aos fundos europeus passarão por garantir a rapidez da sua afetação e combater a demora e a burocracia que muitas vezes existem na execução destes projetos, num momento em que a economia enfrenta necessidades prementes. A par dessa celeridade, terá de haver uma escolha acertada das atividades beneficiárias, que devem ser suscetíveis de criar valor. A agilidade na mobilização dos fundos e a canalização para atividades geradoras de valor serão imprescindíveis para que se aproveite em pleno a oportunidade trazida por esses fundos, que vão muito para além do PRR e também incluem valores elevadíssimos do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, assim como as verbas ainda disponíveis do Portugal 2020.

2. Assumindo que o modelo de governação aprovado replica o constante do PRR submetido a consulta pública, terá diferentes níveis destinados a assegurar a coordenação política, o acompanhamento e a coordenação técnica e de gestão. Esses níveis integrarão membros do governo, personalidades independentes e

Resumidamente, o Estado deve essencialmente assegurar clareza, transparência, agilidade, segurança e efetividade na aplicação dos fundos europeus, focando-se na criação de valor.

Os privados têm em mãos desafios tão ou mais importantes. Compete-lhes criar atividade produtiva; desenvolver projetos que criem valor e sustentáveis do ponto de vista económico, social e ambiental; canalizar e aplicar os fundos de forma eficaz e regular; cumprir os objetivos e compromissos assumidos; qualificar os recursos humanos preparando-os para a elaboração de candidaturas e para uma gestão eficiente dos projetos.

Numa época em que os montantes de que Portugal pode beneficiar nos próximos anos são mais altos do que nunca – cerca de 30 mil milhões do novo QFP, e quase 17 mil milhões do Plano de Recuperação e Resiliência – e em contexto de pandemia, estes desafios tornam-se ainda mais exigentes e mais difíceis de alcançar. A capacidade de programação, organização e controlo torna-se fulcral. O aumento da qualificação da Administração Pública e de quem recebe e aplica os fundos será determinante.

2. Os princípios subjacentes ao modelo de governação do PRR são conceptualmente bastante benignos – transparência, prestação de contas, orientação para resultados. As três dimensões estruturantes do Plano (a resiliência, a transição climática e a transição digital) são



CATARINA PINTO CORREIA
Sócia
da VdA

1. A execução dos fundos europeus tem sido, ao longo dos anos, um enorme desafio para Estados e privados. E tais desafios renovam-se, de forma comprometida e assumida, sempre e quando se discute e é aprovado um novo Quadro Financeiro Plurianual (QFP), como é o caso presente.

Para o Estado, os grandes desafios para assegurar a boa gestão dos recursos financeiros, são essencialmente: definição de critérios claros e objetivos na transferência dos recursos europeus; criação de estrutura de governação transparente e ágil; celeridade e agilidade na atribuição dos fundos de forma que os mesmos cheguem onde é necessário quando é necessário; afetação dos fundos a projetos e atividades produtivas que criem valor na economia e no tecido social; controlo e monitorização da boa aplicação dos fundos.



Portugal 2030: um desafio estratégico para Portugal e para a AD&C

Num futuro que se afigura tão promissor quanto desafiante, o Portugal 2030 constitui uma peça central e transversal no xadrez dos diversos apoios disponíveis.

São 22,7 mil milhões de euros do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, designado por Portugal 2030, a serem aplicados até ao final da década, no âmbito da Política de Coesão.

E são quatro as agendas temáticas centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal:

- As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;
- Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento;
- Transição climática e sustentabilidade dos recursos;
- Um país competitivo externamente e coeso internamente.

Assegurar a manutenção do rumo das políticas desejadas e garantir que os objetivos definidos são atingidos no terreno, é o grande desafio da AD&C - Agência para o Desen-

volvimento e Coesão, o organismo público responsável pela coordenação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento em Portugal.

Para que tal aconteça, é necessário um constante acompanhamento da execução dos programas no seu conjunto e avaliação dos seus resultados, permitindo sinalizar desvios no imediato e implementar correções atempadas.

Esta é uma função estratégica e exigente, à qual a AD&C tem vindo a responder, no âmbito do Portugal 2020, desde a sua criação em 2014, com recurso ao seu quadro de especialistas experientes nas diversas áreas dos fundos europeus da Coesão.

Criada para reunir numa única instituição as funções de coordenação global, a AD&C passou a concentrar os serviços de certificação, pagamento, avaliação, comunicação, monitorização e auditoria de operações, no âmbito dos fundos da Política de Coesão (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo Social Europeu e Fundo de Coesão).

Para dar um novo impulso ao arranque de

um novo quadro comunitário e a uma década determinante no âmbito da aplicação dos fundos europeus em Portugal, a AD&C conta, desde o final de 2020, com uma equipa de gestão reforçada, que traz um novo paradigma de gestão, assente na inovação e na transformação digital.

Tendo como foco a melhoria do nível de serviço que quer oferecer aos seus diversos públicos, a AD&C vai concentrar todos os seus esforços na prestação de um serviço mais simples e acessível, em todas as suas etapas, e mais próximo e transparente, prestando acompanhamento nas diversas fases dos processos de interação com a organização.

É também aqui que o papel da AD&C na coordenação do Portugal 2030 se torna particularmente importante, concorrendo para a implementação de um programa mais moderno e escrutinável, e assim, mais participado, mais inclusivo e mais rico.

Contribuindo para uma sociedade portuguesa mais coesa, competitiva, verde e inclusiva.

Para conhecer melhor a AD&C, o seu trabalho e a sua missão, visite www.adcoesao.pt.

Cofinanciado por:



Com o apoio de